



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SÉCRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 139142/2015
 TIPO DE PROCESSO: Concessão
 PROTOCOLO: 71000.049130/2011-50
 DATA DE PROTOCOLO: 15/06/2011
 C.N.P.J: 11.667.431/0001-22
 ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ANAPURUS
 MUNICÍPIO: ANAPURUS
 UF: MA
 ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: A
 DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 128/2015

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS: Não apresentou todos os documentos
 (Documentos pendentes) Declaração de gratuidade; Demonstração de resultado de exercício (D.R.E.); Nota explicativa; Relatório de atividades

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39, I, Dec. 8.242/14
 Compatível com a legislação

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução: art. 3º, II, Lei 12.101/09
 Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Não apresentou documento

Oferta(s)	Usuário(s)	Qualificação usuário

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14 Não apresentou documento que demonstre gratuidade

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO: Número(s):

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09 Não foram analisados

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento: Não apresentou documento(s) obrigatório(s)

Houve várias tentativas de contato sem sucesso (fls. 65/67 e 69/71). O Ofício Diligência foi recebido e não respondido, bem como os e-mails diligência. Houve uma tentativa de contato com a Federação das Apaes com o objetivo de obter informações da entidade, também sem sucesso. A entidade não apresentou documentação obrigatória a análise do requerimento. Sem a apresentação do relatório de atividades não é possível averiguar se a entidade atua no âmbito da assistência social. Outrossim, sem a documentação contábil da entidade (DRE e Nota Explicativa) ou declaração de gratuidade do gestor local da Assistência Social não é possível auferir a gratuidade das ofertas da entidade.

A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF 25/08/2015

Marília Carvalho
 CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Maria Helena Gabarra Osório
 CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Bárbara P. C. Campos
 DRSP/SNAS/MDS